

ELD

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director Interino: António G. Calvino

Composição e impressão:
TIP. ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua Artilharia Um — LISBOA

Editorial

Ao longo dos anos e dos séculos sempre os marginalizados assumiram, nos processos históricos, posições passivas de submissão à vontade das minorias privilegiadas.

Desde Afonso Henriques até Caetano o Povo Português foi massacrado por escaramuças, batalhas e guerras das quais herdava quase sempre e apenas doenças, cegueira e amputações.

Foram também os explorados e oprimidos as grandes vítimas no campo das doenças congénitas, acidentes de trabalho, mongolismo e outras doenças que diminuem a capacidade física do homem. As razões são por demais conhecidas: nunca os conhecimentos médicos e científicos foram colocados ao serviço das massas trabalhadoras; as enfermidades para os pobres eram sistematicamente diagnosticadas de doenças perniciosas e incuráveis; eram atribuídas à vontade de Deus ou a obra de belzebu; submetidas ao tratamento de mésinhas caseiras, artes de bruxaria ou à perícia dos curandeiros e endireitadas.

É evidente que este estado de coisas ainda se mantém em vários pontos do País.

É evidente que como grandes culpados de todo este esquema de submissão humana, aparecem as classes privilegiadas: Nobreza, clero e burguesia com os Srs. Drs. à cabeça — Senhores da vida e da morte das populações.

Só nos últimos anos as classes privilegiadas passaram a ser vítimas do seu próprio comodismo.

A Sociedade de consumo com as suas invenções sente necessidade de proteger as masturbações ou sofrimentos da burguesia e lança no mercado as drogas que irão atrofiar ou amputar os fetos.

As maselas, amputações e doenças mentais foram sempre utilizadas pelas minorias privilegiadas no sentido de alienar as consciências das pessoas cimentando nas mesmas um conformismo e sentimentalismo doentios. Assim aparecem os termos coitadinho, maluquinho, coxinho, ceguinho, etc. Esta terminologia é, contudo, sintetizada pela burguesia nas inspecções, juntas, atestados num termo mais acomodado aos seus interesses: «INVÁLIDO».

Com este rótulo, com este carimbo, jamais esses homens encontrarão lugar digno na Sociedade.

É contra toda esta podridão Burguesa que os Deficientes das Forças Armadas se insurgiram numa luta sem tréguas pela total destruição das estruturas criminosas
(Continua na pág. 4)

FINALMENTE DEFINIÇÃO «(?)»

I — A SITUAÇÃO ACTUAL

1. A situação a que o país chegou, em consequência da incapacidade verificada a todos os níveis em resolver os problemas concretos que se têm deparado aos órgãos de poder, desencadeou uma degradação económica geral com o inevitável acentuar do desiqui-

plas massas populares, deve-se sobretudo, à falta de definição de uma linha política objectiva, e de um programa governamental consequente, não se achou um conjunto de medidas económicas capazes de substituir o vazio criado pela desagregação da estrutura capitalista existente, e mantiveram-se por outro lado, todas as

go, pressões políticas descaradas sobre a nossa soberania.

4. O operariado das cidades e dos campos bem como sectores de empregados de serviços, apoiados nas suas organizações de classe e numa rica tradição de luta têm conseguido uma defesa mais eficaz da sua situação económica contra o aumento de custo de vida, ainda que seja o sector mais afectado pelo alastramento do desemprego.

5. Embora amplamente divulgada a criação de estruturas e políticas de apoio a pequenos e médios comerciantes e industriais, constatou-se a sua total ineficácia, verificando-se que, pelo contrário, a sua situação foi consideravelmente agravada devido ao aumento de impostos e outros encargos.

6. Os pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do País têm visto a sua situação agravar-se constantemente desde o 25 de Abril, face ao aumento do custo de vida, dos materiais e produtos indispensáveis à lavoura, acrescido da dificuldade no escoamento e comercialização dos seus produtos. Não se organizou o Comércio Interno, eliminando a especulação dos intermediários, e criando uma rede de distribuição que facilitasse a circulação do produtor ao consumidor, com benefícios para ambos.

(Continua na pág. 2)



DEFICIENTE — Uma força viva na Revolução

líbrio entre zonas urbanas e zonas rurais, e a zona industrial de Lisboa e outras zonas industriais menos desenvolvidas. O acentuado dirigismo e tentativas de controle do Aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce do PCP, levou alguns militares com responsabilidade no processo revolucionário a apresentar um documento que se afirma destinado a clarificar a actual conjuntura. Na prática resultou maior confusão, dadas as evidentes ambiguidades contidas no citado documento.

2. Em face disto, torna-se indispensável clarificar, de facto, a situação actual, pelo que, deste modo, manifestamos ao País a nossa posição perante o assunto, por considerarmos que compete ao MFA reconhecer os erros até agora cometidos, denunciando, sem tibiezas, as suas causas.

3. A degradação da situação económica, e respectivas implicações sociais e políticas, para am-

dependências, em relação ao imperialismo, com todas as consequências, tais como: fecho de fábricas, fuga de divisas, desempre-

DECRETO-LEI

A grande maioria dos Deficientes das Forças Armadas, nossos camaradas, vivem neste momento numa situação angustiante.

Alguns, os privilegiados, aqueles que recebem reformas chorudas, superiores a 10 000\$00, são aqueles que sendo oficiais, não encontraram problemas na sua reabilitação profissional podendo, portanto, acumular a essa pensão ordenados iguais ou superiores à sua reforma. Estes, na maioria dos casos não pretendem abdicar da sua condição de privilégio, esquecendo-se que a construção do socialismo passará forçosamente pela destruição de toda e qualquer espécie de discriminação.

Outros, já um número mais elevado que os primeiros, por terem sido feridos em campanha, o governo fascista, para os conformar atirava-lhe com uma pensão de fome que, mal chegando para a subsistência, os colocava sempre dependentes da habitação, vestuário etc. dos familiares explorados ou, das já por nós muitas vezes denunciadas instituições de caridade.

Outros ainda, a maioria onde se podem incluir os doentes mentais, vítimas psíquicas directas dos horrores de uma guerra injusta e todos aqueles que não foram considerados feridos em campanha ou
(Continua na pág. 6)

Proposta para um Programa Político

(Continuação da pág. 1)

atacando frontalmente os grandes São, sem dúvida, os pequenos e médios agricultores quem presentemente sofrem mais agudamente os efeitos da degradação económica.

7. No campo da Assistência, não se fizeram chegar à província os meios materiais e humanos capazes de responder minimamente às mais prementes necessidades das populações.

8. No entanto, desenvolveram-se junto das populações rurais campanhas de esclarecimento e dinamização, que por ausência de uma preparação prévia adequada, não respeitaram, muitas vezes, as características sócio-culturais do meio onde se desenvolveram, cometendo, em alguns casos, autênticas violentações à consciência e hábitos das pessoas. Estas campanhas, apoiadas em verbalismos despidos de significado para quem eram dirigidas, foram, na maioria dos casos, prejudiciais, pois não foram acompanhadas de quaisquer medidas concretas capazes de demonstrar ao povo que o objectivo era a real melhoria das suas condições de vida.

9. Verifica-se a existência de um clima de desânimo e descrença das populações, desmotivando-as para a Revolução de que são as principais e directas interessadas. As causas deste facto são, fundamentalmente, as seguintes:

a) A substituição das administrações fascistas das autarquias locais foi feita, na maioria dos casos, por elementos da pequena e média burguesia local afectos ao PCP — MDP/CDE, que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes;

b) A concessão de benefícios pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, cuja criação foi ao encontro de um antigo anseio destas classes, foi alvo de um critério de favoritismo relativamente aos seguidores da linha política das pessoas que dominavam as referidas ligas;

c) As comissões Liquidatárias dos antigos Grémios de Lavoura foram totalmente incipientes, não tendo liquidado, até à presente data, coisa alguma, seguindo, no aspecto da concessão de benefícios, critérios idênticos aos referidos no caso das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores.

A constatação desta realidade o crescente descontentamento consequente tem sido explorado pela reacção, que manobrando e instrumentalizando este justíssimo desagrado, conseguiu provar uma escalada de violência contestatória, levando as populações a uma oposição aberta ao MFA, por o identificarem com a linha política responsável por esta situação.

10. A realização das eleições nas condições em que se efectuaram, veio contribuir para confundir o povo quanto aos instrumentos que podia utilizar para controle do aparelho de Estado e do Poder, dando que:

— A estrutura burguesa em que a sociedade portuguesa estava e está organizada não permitia, como não permite, que a consciência revolucionária seja levada às mais amplas massas populares;

— Numa estrutura burguesa, do voto universal só uma coisa pode resultar... burguesia;

— Numa estrutura burguesa são os partidos burgueses e reformistas que têm os meios financeiros para fazer chegar a sua voz a todo o país.

— Numa estrutura burguesa não há tentativa de debate e resolução de problemas concretos, mas apenas demagogia política feita de jogos de palavras, destinada a intoxicar e confundir o povo, que ao cabo de 48 anos de fascismo não estava em condições de distinguir esses jogos de palavra.

Tem se reconhecer um forte grau de responsabilidade ao MFA, por ter feito das eleições um ponto de honra, aspecto este bem explorado por forças interessadas neste tipo de eleições.

11. A inoperância de QUATRO GOVERNOS PROVISÓRIOS não é só fruto do dirigismo que o PCP tentou impor, infiltrando-se no aparelho de Estado e nos órgãos de comunicação social, pois o PS, PPD e MDP/CDE, que neles estiveram presentes, compartilham das responsabilidades que, hoje, procuram despididamente escamotear. Dos partidos à direita do PS, incluindo as cúpulas deste, não se pode esperar mais de que a tentativa de travar e intervir a marcha do processo revolucionário, por forma a garantir os privilégios da alta burguesia e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

12. A insistência do MFA em procurar resolver as contradições através de soluções de compromisso, negociadas com partidos burgueses e a cobertura que vem dando a manobras partidárias, provocam o descrédito dos militares perante os trabalhadores.

II — ANÁLISE DO DOCUMENTO

1. Mas a solução da presente situação, pela qual é altamente responsável o MFA, não será encontrada com paleativos de direita, como propõe o documento que leva a esta tomada de posição. Não será certamente a manutenção de ligações no governo que permitirá avançar na construção do socialismo. Não é rejeitando conjuntamente a SOCIAL-DEMOCRACIA, O CAPITALISMO DE ESTADO, A DEMOCRACIA POPULAR, e as conquistas das classes trabalhadoras que se permitirá a estas vir assumir a condução do processo, ou tão só, consolidar as posições já alcançadas. A proposta apresentada conduzirá à RECUPERAÇÃO PELA DIREITA abrindo a esta campo de manobra para a destruição da revolução, mau grado as intenções democráticas e patrióticas, na mente dos subscritores do documento.

2. A perspectiva económica apresentada de reforço de laços com a CEE e a EFTA, reforçará a sujeição do país a uma vergonhosa dependência ECONÓMICO - FINANCEIRA e POLÍTICA, pois quem ainda tivesse ilusões quanto aos seus desígnios, perdeu-se completamente com as últimas exigências apresentadas para a concretização da «AJUDA FINANCEIRA A PORTUGAL».

Revitalizar a iniciativa privada através do investimento maciço de capital financeiro estrangeiro, traduz-se na perda pura e simples da INDEPENDÊNCIA NACIONAL. Não basta, para mascarar tal desastre, dizer que também se

deve comerciar com o terceiro mundo e os países de leste.

Nem é abrindo as portas ao Imperialismo que se conseguirá levar a cabo uma descolonização correcta dos territórios ainda sob administração portuguesa e também vítimas de Exploração Imperialista.

3. Não é assumindo uma posição supra partidária, sem demarcação em relação aos partidos de direita, que se recuperará a credibilidade pois afirma-se pretender construir o socialismo e não alcançar uma democracia burguesa mas ainda capitalista, o que obviamente acontecerá. Como pode um projecto denominar-se de esquerda quando escamoteia o papel das massas e recua a acção das suas vanguardas?

Como se pode «criticar» o ritmo das nacionalizações?

Será mantendo nas mãos da burguesia a posse dos meios de produção que estes serão postos ao serviço do povo?

Como se pode ignorar o caciquismo e o papel da luta de classes na sua destruição?

Como se pode apelar para a concórdia sem distinguir exploradores de explorados?

4. Concretizando esta fase da análise crítica do documento refere-se o ponto fundamental, que não foi compreendido ou foi esquecido pelos seus subscritores. Trata-se do ponto fulcral da situação política actual e se refere ao crescendo da actuação do fascismo. Elementos concretos demonstram que o fascismo abandonou as cautelas defensivas para se lançar na ofensiva, através de actuações violentas aparecendo descaradamente à luz do dia. Historicamente está demonstrado que personalidades moderadas que pretendem despoletar acções violentas do fascismo por meio de posições conciliatórias, são as suas principais vítimas, ou, noutros casos, se transformam nos opressores das massas que pretendem libertar.

III — PROPOSTAS

1. Um programa revolucionário para solução da situação tem de passar, antes de tudo, pela realização do projecto de aliança MFA-POVO, o qual garante a direcção dos trabalhadores na resolução dos seus problemas.

Sem esta participação o socialismo é impossível. Há pois que pôr de pé uma estrutura de organização de massas populares, pela constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros, que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas. Estes organismos de poder dos trabalhadores terão que ser um instrumento para as soluções económicas, para o planeamento social (escolas, hospitais, habitação, transportes), terão que ser, enfim, os verdadeiros órgãos do poder político, única barreira capaz de se opôr vitoriosamente à agressão fascista e imperialista.

2. As soluções económicas para este país, têm de passar por uma alteração da estrutura, fazendo uma reconversão da economia no sentido de um total apoio efectivo à agricultura, de modo a que rapidamente venha a produzir uma muito maior quantidade de bens

alimentares, cuja compra no estrangeiro neste momento, é um dos factores do nosso déficit na balança de pagamentos. Para tal é necessário planificar a agricultura, fazendo uma revolução agrária, de acordo com a vontade expressa pelas Assembleias de Aldeia e outros órgãos de vontade dos pequenos e médios agricultores e, no sul, geridas pelos trabalhadores rurais, democraticamente eleitos, tendo umas e outras apoio financeiro e técnico que garanta a sua rentabilidade e condições de vida para os camponeses, que os aproximem cada vez mais dos operários da cidade.

3. Devem criar-se mecanismos que permitam o apoio efectivo e imediato aos pequenos e médios comerciantes e industriais, desenvolvendo ao mesmo tempo condições que fomentem o associativismo e cooperativismo.

4. Por outro lado Portugal tem de acabar com a dependência em relação ao imperialismo, dependência essa que é a causa da actual crise económica.

Tem, pois, de deixar de depender financeira e tecnologicamente em relação aos países imperialistas, mesmo que para isso se tenha de suspender ou reconverter indústrias que foram implantadas no nosso país para explorarem a mão de obra barata dos trabalhadores portugueses.

Neste sentido há que cessar também com a sujeição à CEE e EFTA, que têm praticado uma política de chantagem em relação a Portugal. Enveredando por uma política económica de verdadeira independência nacional, o nosso país poderá então:

a) Alinhar com os países do 3.º mundo, privilegiando a cooperação com as antigas colónias portuguesas, em termos novos de igualdade e fraternidade;

b) Manter e estabelecer relações comerciais e de cooperação com todos os países do mundo numa base de reciprocidade e vantagens mútuas.

Nestas condições o nosso país ficará em posição de poder vencer o bloqueio do imperialismo, pelas contradições internas deste, um dos quais é a opinião pública dos respectivos países e, principalmente, a solidariedade das respectivas classes trabalhadoras e para os Povos do 3.º Mundo, para quem o nosso processo revolucionário constitui enorme esperança e factor de unidade e luta.

5. O problema das centenas de milhares de desempregados deverá ser resolvido pela planificação económica, no sentido do pleno emprego. Para tal há que criar postos de trabalho na agricultura e na construção civil.

Temos consciência que a reconversão da economia posta nestes termos, o início duma planificação socialista, a independência em relação ao imperialismo e a política de pleno emprego, trarão grandes dificuldades e grandes sacrifícios, mas estes tem de ser partilhados por toda a gente. Não se pode pedir que sejam só os trabalhadores a suportá-los. Neste sentido há que baixar muito o ordenado máximo nacional, o que vai tirar privilégios a certas camadas minoritárias da população.

6. Em relação à habitação há que definir uma política justa, que

(Continua na pág. 6)

CHILE

(Cont. do penúltimo número)

OS DIAS DO GOLPE

Os boletins da rádio e folhetos oficiais difundidos depois do golpe denotavam um ambiente de extrema xenofobia. A Amnistia Internacional recebeu alguns dos comunicados por todo o Santiago naqueles dias. Um deles dizia: «As acções que realizam as F. F. A. A. e Carabineiros pretendem unicamente o bem do Chile e dos chilenos e por isso contam com o apoio popular. Não teremos compaixão dos extremistas estrangeiros que vieram matar chilenos. Cidadão; permanece alerta para descobri-los e denunciá-los à autoridade militar mais próxima.

Os comunicados oficiais dos militares afirmavam que os estrangeiros eram parte proeminente dos «1 400 extremistas armados do país» e um oficial do exército declarou que 1 300 estrangeiros — quer dizer, a totalidade da população fronteira — estavam implicados na conspiração para instigar à guerra civil. Nesta atmosfera, muitíssimos estrangeiros foram presos e outros viram-se obrigados a procurar asilo político ou a passar à clandestinidade. Alguns foram mortos a tiro.

Embora não se disponha de detalhes preciosos sobre a matança de estrangeiros, há informações que indicam que muitos foram mortos a tiro por carabineiros locais, que interpretam com zelo excessivo as ordens de exterminar o marxismo. Uma fonte informa que uma patrulha policial disparou sobre um estudante venezuelano no momento em que descobriu a sua identidade. A mesma informa sobre 5 uruguaios, que também foram mortos a tiro ao ser conhecida a sua afinidade política.

Outros estrangeiros desapareceram após o golpe. Os seus familiares desconhecem o seu paradeiro, e presumindo-se que tenham sido executados sem julgamento. A grande maioria dos estrangeiros detidos foi agora posta em liberdade, sendo imediatamente deportados do Chile. Alguns ainda permanecem sob prisão, à espera de serem julgados em conselhos de guerra.

INTERVENÇÃO INTERNACIONAL

Nos primeiros dias que se seguiram ao golpe recusaram às embaixadas a permissão de visitarem os compatriotas detidos no Estádio Nacional. O «New York Times» informou a esse respeito em 21 de Setembro de 1973, mencionando os casos das embaixadas da Alemanha e da Suécia. Por outro lado, passaram-se vários dias antes que a delegação do Alto Comissariado das Nações Unidas pa-

ra Refugiados (ACNUR) pudesse entrar no Chile. O Alto Comissariado enviou um telegrama em 13 de Setembro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, expressando a sua grande preocupação sobre que, a vida e segurança de refugiados sob o mandato da ACNUR estivessem ameaçados, e apelando para a sua protecção, para que fossem tratados segundo o estabelecido por convenções e instrumentos legais sobre refugiados, ratificados pelo Chile.

Em 16 de Setembro o Alto Comissariado recebeu a resposta do ministro, dando garantias de acordo com aqueles instrumentos legais, para todas as pessoas que tinham entrado no Chile de forma regular e que não tivessem cometido «delitos»; e afirmava que nenhum dos refugiados seria ameaçado com a repatriação forçada ao seu país de origem. Poucos dias depois, o representante para a América Latina da ANCUR foi autorizado a entrar no Chile, para estabelecer um centro de emergência e para assegurar visitas regulares aos estrangeiros detidos no Estádio Nacional. Como resultado de negociações entre a ACNUR e o Governo do Chile, estabelecendo-se um Comité Nacional de Ajuda aos Refugiados (CNAR).

A autorização oficial para o funcionamento da CNAR foi outorgada em 30 de Outubro de 1973 mediante o Decreto 1308 do Ministério do Interior. Este, ainda que autorizasse a existência da CNAR por um período de 3 meses, impunha graves restrições à sua liberdade de acção. O Artigo 2 deste Decreto estipulava que:

«O Comité Nacional de Ajuda aos Refugiados terá como única missão colaborar com o Governo chileno na resolução dos problemas que afectem refugiados estrangeiros dentro do território nacional, porporcionando-lhes ajuda material, facilitando — por vias legais — a sua saída para um país da própria escolha do afectado ou regularizando a sua permanência no país.

O CNAR foi autorizado a estabelecer uma secretaria-geral de informações, e centros regionais para assistir a todos os estrangeiros. «El Mercurio» publicou anúncios fornecendo as direcções de tais centros e aconselhando os refugiados a inscreverem-se neles.

Originalmente criaram-se 13 centros em Santiago e 20 no resto do Chile. Os estrangeiros puderam então ser classificados de acordo com três categorias distintas. Primeiro, estavam os que recebiam autorização de permanecer no Chile desde que os seus documentos estivessem em ordens e não tives-

sem cometido nenhum «delito». A outros, ordenava-se a sua saída do Chile, mas outorgavam-lhe um salvo-conduto para se dirigirem ao país que escolhessem. Em terceiro lugar estavam os que podiam ser acusados de ter actuado de forma delituosa durante a sua estadia no país, e seriam chamados a julgamento por conselho de guerra. O CNAR também foi autorizado a estabelecer centros de refúgio e alojamento, nos quais os estrangeiros podiam permanecer enquanto esperavam o veredicto do Ministério do Interior. Era claro que não existiam garantias para a sua protecção e que estes centros não se podiam de modo nenhum considerar lugares de asilo. O Artigo 3 do Decreto 1308 estabelecia que, durante a permanência dos refugiados, «nenhuma autoridade poderá penetrar no território que compreende o centro sem autorização prévia do Ministério do Interior ou do Intendente da Província excepto em casos qualificados ou urgentes.

Sem prejuízo do que foi dito, se durante a permanência no Centro o Governo chileno reclamar a entrega de um refugiado por existir contra ele suspeitas fundadas de que cometeu um delito comum, esse estrangeiro cessará, imediatamente, de estar protegido pelo Comité».

Perante estas determinações, de dois gumes, poucos refugiados com antecedentes políticos estiveram dispostos a acolherem-se à frágil segurança dos centros do CNAR. Quando muitos chilenos estavam a ser julgados em conselhos de guerra pelo simples facto de pertencerem a partidos marxistas, muito pouco refugiados estrangeiros estavam isentos desses riscos.

Finalmente, a Junta decidiu que seria contraproducente prender uma grande quantidade de refugiados. Originalmente as autoridades tinham decidido que, dos detidos no Estádio Nacional, aproximadamente 400 seriam deportados do Chile e 48 levados a julgamento em conselhos de guerra. A decisão original foi posteriormente revertida, depois de pressões por parte da CNUR e de governos de outros países. Quase todos os detidos estrangeiros foram transferidos para os centros das Nações Unidas e seguidamente deportados do país. A delegação da Amnistia Internacional que visitou o Estádio Nacional em 7 de Novembro, pôde comprovar que só 20 estrangeiros permaneciam detidos, e a minoria deles saíu em liberdade no dia seguinte. As garantias noutros lugares do Chile eram menos convincentes. A delegação da AJ pôde comprovar que nesse momento ha-

via estrangeiros detidos em prisões provinciais, sem acesso à protecção da ACNUR.

Em meados de 1974, a maior parte dos problemas dos refugiados estrangeiros tinham sido resolvidos.

ESTATÍSTICAS DA MORTE

Nenhuma organização forneceu até hoje estatísticas completas e consistentes sobre o número total de mortes, e é provável que ele nunca venha a ser conhecido. Em 4 de Outubro de 1973, o Instituto de Medicina Legal divulgou estatísticas oficiais dando um total de 476 mortos, dos quais 462 eram civis e 14 eram soldados ou carabineiros. Em fins de Março de 1974 o número oficial de mortes acrescenta para 3500 aproximadamente. Em 24 de Outubro de 1973, quando a Junta Militar ordenou pôr fim às execuções sumárias, fontes oficiais tinham anunciado um total de 81 execuções desde o dia do golpe.

As informações independentes eram de acordo que o verdadeiro número de mortos foi sempre muitíssimo maior que o declarado oficialmente. O correspondente em Santiago da revista norte-americana «Newsweek», John Barnes, informou em princípios de Outubro de 1973 que as suas próprias e cuidadosas investigações revelavam um total de 2796 cadáveres processados na morgue de Santiago, durante as duas semanas posteriores ao 11 de Setembro. Em Março de 1974 uma informação não oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos indicou que o número total de mortes se aproximava de 10800 nos últimos dias de 1973.

Depois da sua visita ao Chile em Fevereiro de 1974, a Comissão de Investigação de Chicago assegurou que em 42 notícias de jornais diferentes anteriores a 12 de Dezembro de 1973 se tinham informado que 410 presos tinham sido «mortos a tiro enquanto tentavam fugir». De acordo com a informação desta comissão, a «Lei de Fuga» foi aplicada oficialmente pela última vez em 31 de Dezembro, quando cinco presos foram declarados «mortos a tiro quando tentavam escapar-se» em Puerto Montt. A comissão relatou também, em 8 de Junho de 1974, a descoberta dos corpos de cinco ex-presos no Rio Pilmaiquen.

As diversas estatísticas publicadas ilustram uma vez mais a dificuldade de informar independentemente de forma precisa. Enquanto a Junta se abster de dar informações sobre as pessoas desaparecidas, qualquer apreciação do número dos mortos de uma forma ou outra permaneceu no campo hipotético.

UMA VOZ

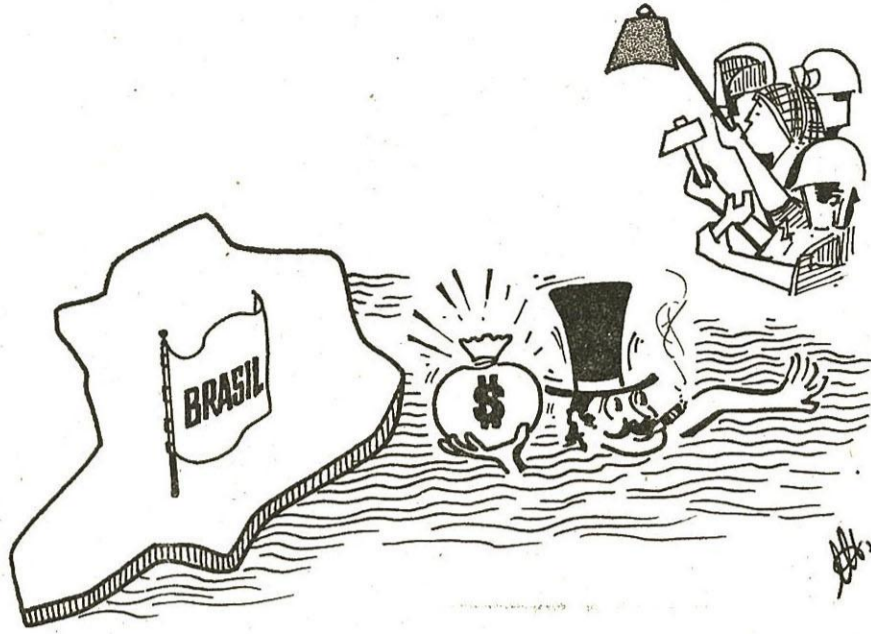
Voando ao longe :...
 Gaivotas escuras
 Gaivotas brancas !
 Trazem nos bicos os
 Sinais dos tempos !!!
 Tudo se atropela ;
 Numa massa informe !
 Ninguém nasce,
 Ninguém morre !
 Mas o tempo...
 Esse corre !
 E a vida !
 Balbuciam os mortais.
 As gaivotas inclinam ;
 A terra aguarda o seu poiso
 Nem sorrisos,
 Nem ais !
 E a vida
 Nada mais !
 Há horas :
 Tudo se explica :
 É a corrida
 a atracção !...
 Os doutores ? !
 Talvez não !
 Quem é que de vós se lembra ?!
 Enclausurados ;
 Amputados !
 Humanos esfarrapados !...
 Os inteligentes seres
 É algo que vós não vedes
 Nessa vida aflitiva
 Fazer a revolução
 Dentro e fora !...
 Isso não !...
 Que vos falta afinal ?
 Tendes cama ;
 Tendes pablo ;
 E de quando em vez
 bafeja-vos o cigarro
 do pau em cruz encaruado!...
 Mais não há a desejar
 Neste paraíso e de leite
 Em que para vosso enfeite
 Fatos e pijamas trajais
 Que não parecem de mortais!...
 Sereis vós afinal
 Sereis que não têm igual
 Entre os consumados mortais ?
 Não podeis ser iguais
 Nem fato, nem corpo
 É de posse completo
 Neste vosso trajecto
 De passagem por aqui !
 Não há que lastimar
 A pensão a esperar
 É de molde a satisfazer
 As solicitações da vida
 Nem amputação
 Nem ferida
 Torna a gaivota condoída
 As gaivotas levantaram !
 Viram na terra o que esperavam
 E para longe se afastaram
 Chega de filmes de terror!...

Z E C A

ARITMOGRAMA
 SOLUÇÃO DO PROBLEMA
 DO JORNAL N.º 14

5	×	3	+	5	=20
+		×		+	
6	:	3	+	7	=9
+		+		-	
1	+	1	-	1	=1
=12		=10		=11	

SEM COMENTÁRIOS



LIBERDADE

*A gaivota da liberdade
 das asas de vento a voar !
 Andam à solta os milhafres
 para essa gaivota apanhar.*

*Com as garras da traição
 não desistem de a agarrar
 essa ave da revolução
 que o 25 de Abril, fez voar !*

*Ela agora voa, voa !
 por entre a reacção
 com cravos vermelhos foi solta
 já não quer mais prisão.*

*Neste cantinho tão lindo !!!
 que é o nosso Portugal !
 Construirá o seu ninho,
 e ninguém lhe fará mal !*

*Porque será protegida,
 para bem deste cantinho,
 saudando, sempre unida !
 A quem, lhe abriu o caminho*

*Os heróis das forças armadas
 com risco da própria vida,
 que numa histórica madrugada !...
 Liberdade ! Liberdade ! anda cá,
 estavas perdida !*

*E foi assim, posta a voar
 essa preciosa gaivota,
 para ninguém mais a apanhar
 porque ela é toda nossa !*

Maria dos Santos Amores Pedro

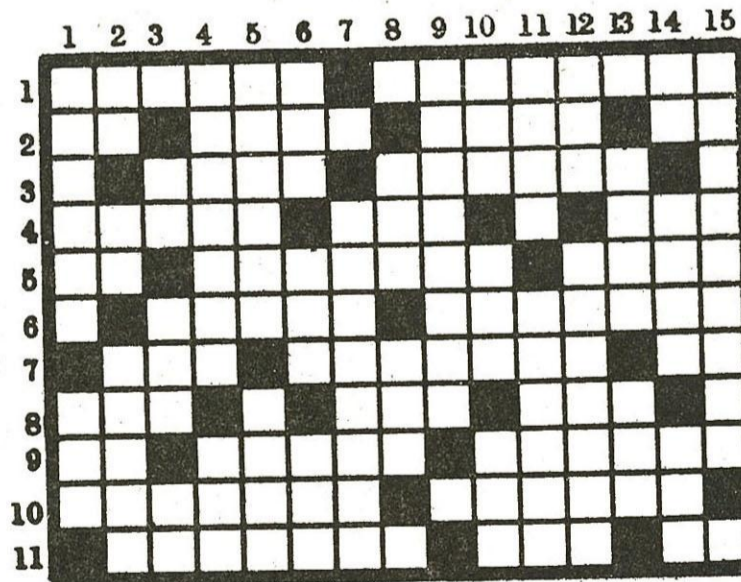
PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTALIS

- 1 — Esheltas; aguentavas. 2 — Goza; indivíduo; incitamento; apelido. — Cançoneta; pequenas alas. 4 — Cinturão; bebedouro; para o lado de onde sopra o vento. 5 — Eles; fécula de mandioca: tatu. 6 — Decente; território governado por um emir. 7 — Chefe abexim; apelido: artigo (pl.). 8 — Patas; planta brasileira: ave corredora. 9 — Atomo (abrev.): chega!: arma branca (pl.). 10 — Duplicar; azedas. 11 — Adejaras; três vogais iguais; nesse local.

VERTICAIS

- 1 — Reconhecidos; parceiro. 2 — Grito de dor; o melhor; embargar. 3 — O mais; decerto; suporte. 4 — Sabedores; utilidade. 5 — Alentar; espécie de roupão. 6 — Santa (abrev.): ventarolas; senhor (ingl.). 7 — Pilar de quatro faces aderentes a uma parede. 8 — Mestre; sem roupa. 9 — Pequeno palácio. 10 — Tipo de cerveja inglesa; governanta; árvore silvestre do Brasil. 11 — Rumo; abstinência absoluta de alimentos. 12 — Cultiva; alambrada. 13 — Pá; nome de letra. 14 — O melhor; fileira; amparo (fig). 15 — Sápidos.



Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

SEMESTRAL 30\$00

ANUAL 60\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

SOLUÇÕES DAS PALAVRAS CRUZADAS DO PROBLEMA DO JORNAL N.º 14

Por lapso a gravura publicada não correspondia ao problema apresentado. Por tal facto não se dão as soluções devido a essa incorrecção, pelo que pedimos as nossas desculpas.

Proposta para um Programa Político

(Continuação da pág. 2)

proprietários que fizeram da especulação o seu modo de vida, defende os pequenos proprietários que através de rendimentos aceitáveis conseguem garantir a sua subsistência e dos seus familiares. Relativamente a este problema há que estabelecer um limite para rendas, entrando em linha de conta com a localização, tipo de construção, número de assoalhadas, etc. As comissões de moradores terão um papel decisivo no estabelecimento do critério adoptável.

7. Quanto ao problema da SAÚDE há que socializar a medicina, garantindo a prestação de serviços médicos na província, incluindo os meios técnicos e humanos das forças armadas. Como medida complementar terá igualmente de se proceder à nacionalização da indústria das especialidades farmacêuticas, regulando o seu fabrico de modo a condicionar o elevadíssimo número de medicamentos que apenas se diferenciam pela marca eliminando deste modo as grandes despesas publicitárias actualmente existentes, que oneram extraordinariamente os seus custos.

8. Em relação ao ENSINO têm que ser garantidas condições para que haja realmente ensino básico para toda a gente, sendo o ensino secundário e superior subordinados desde já aos interessados das classes trabalhadoras.

9. Para além deste programa genérico, aplicável a médio prazo, que deverá ser discutido, corrigido e pormenorizado, com a colaboração de todos os órgãos de vontade popular e militar, entende-se que devem ser tomadas entre outras MEDIDAS URGENTES; as seguintes:

— Abaixamento dos preços dos adubos e compra de produtos agrícolas a preços que garantam remuneração justa do trabalho dos pequenos e médios agricultores;

— Utilização, sempre que ne-

cessário, dos meios de transporte das Forças Armadas para escoamento dos produtos;

— Abaixamento dos preços das rações, e garantia de preços justos aos pequenos e médios produtores de gado bovino, caprino e suíno, bem como o de carne de aviário;

— Condicionamento de importação de bens alimentares, sempre que possam ser substituídas por alimentos de compensação produzidos no país;

— Garantia de concessão de créditos a juro baixo ou nulo, consoante os casos, em quantitativos capazes de garantir a sua eficiente e reprodutiva aplicação;

— Acção repressiva sobre as Comissões Liquidatárias dos antigos Grémios de Lavoura e Liga de Pequenos e Médios Agricultores, sempre que se verifique discriminação política na atribuição de benefícios;

— Criação de condições de apoio técnico e veterinário aos pequenos e médios agricultores e produtores;

— Medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral de pleno emprego, e pleno alojamento, tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações pré-fabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções, ainda que provisórias;

— Adopção de medidas relativas a crianças e pessoas idosas e inválidas, que vivam em circunstâncias incompatíveis com um mínimo de segurança social;

— Planificação que permita a rápida reconversão em moldes úteis das empresas industriais encerradas como consequência das sabotagens desenvolvidas pelos capitalistas e reaccionários, ou por acção do imperialismo;

— Criação de condições que garantam a segurança física e normal das pessoas no sentido de preservar o direito à propriedade,

desde que esta não constitua instrumento efectivo de exploração.

10. Os meios de comunicação social deverão servir este programa, fomentando o debate franco, livre e total, sem reservas de condicionamentos, destruindo, de uma vez por todas, qualquer forma de manipulação, dentro do princípio fundamental de que só desta forma se servem os interesses das classes trabalhadoras, e de que as contradições existentes só no seio do povo poderão ser resolvidas.

11. Para garantir a execução deste programa é necessário a definição do poder executivo que se responsabilizará por ele; que terá de ser um poder de transição. Este poder de transição será constituído pelo MFA e por todas as organizações políticas verdadeiramente revolucionárias, que reclamem e defendam o poder para os trabalhadores. Como tal terá de ser garantida como primeira medida e como fulcro do poder a construir, a realização, de facto, da aliança MFA-POVO. Este poder será pois, a direcção política deste período transitório até à realização da Assembleia Nacional Popular.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS FORÇAS ARMADAS

— IV —

1. A elaboração de uma proposta como esta que se pretende revolucionária, essencialmente apoiada na aliança MFA-POVO, abordando apenas o sector popular, não tratando, ainda que superficialmente o aspecto interno das Forças Armadas constituiria um erro grave, cujas evidentes contradições poderiam assumir aspectos contra-revolucionários.

2. Assim, e de forma muito sucinta, considera-se indispensável que a estrutura interna das Forças Armadas necessita de ser repensada a curto prazo visando, sobretudo, os aspectos seguintes:

a) Forma organizada de classe

— Os militares deverão organizar-se de acordo com as diferentes classes existentes, debatendo livremente os seus problemas de classe, e elegendo democraticamente os seus representantes às ADU; que serão os porta-vozes das conclusões encontradas;

— As soluções preconizadas nas ADU, e que tenham implicações na vida colectiva da unidade, deverão ser debatidas e m AGU, de modo a possibilitar um consenso geral, base indispensável da coesão e disciplina:

b) Regalias Sociais

— Deverão ser tomadas providências imediatas no sentido de ser conseguido uma sensível elevação do nível de vida das praças, nomeadamente pela modernização de instalações, aumento substancial do pré, atribuição generalizada subvenção de família e abono de família, etc.

c) Reforço de Disciplina

— Intensificação da dinamização interna nas unidades, debatendo e analisando conjuntamente os problemas, sem restrições, consolidando a coesão por meio de uma disciplina consentida feita de esclarecimento, e só ela permitirá a entrega total dos militares à sua patriótica missão de defesa intransigente dos interesses do povo português.

CONCLUSÃO

— V —

O presente projecto constitui a única proposta viável e realista que oferece ao povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar, e constituir uma recusa firme e Total ao FASCISMO, à SOCIAL-DEMOCRACIA e ao CAPITALISMO DE ESTADO, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras.

Esta proposta foi elaborada por um grupo de militares do Copcon.

HINO

CAMARADA DEFICIENTE

A nossa Associação depois de 16 meses de luta pode hoje orgulhar-se de ser reconhecida pelos trabalhadores, operários e camponeses como uma organização de massas decidida a ombrear com todos os explorados e oprimidos na difícil tarefa da destruição do capitalismo.

Neste momento em que contamos já com mais de três mil associados impõe-se a escolha de um hino como tarefa dinamizadora.

Nesta conformidade o Departamento de dinamização apela para todos os camaradas que pretendam colaborar que enviem até ao próximo dia 30 de Setembro trabalhos de poesia e música.

CONDIÇÕES EXIGIDAS.

1 — A letra deverá ser simples, mobilizadora, encorajadora, objectiva, directa e combativa.

b) Esta letra não deverá ser muito extensa.

2 — A música deverá de preferência ser uma música de combate que dinamize os espíritos e os encorage a lutar pela libertação de todos os explorados, oprimidos e marginalizados.

Este departamento compromete-se a divulgar no ELO todos os trabalhos apresentados e a escolha final do hino será objecto de discussão e aprovação pelos sócios.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Para que cada um de vós medite e veja de que a privação de 3h. diárias dos tempos livres, podem ter como fruto, ainda que um pouco longínquo, a alegria da aprovação no exame.

Muitas foram as desistências, porém estes 15 (quinze) camaradas, pela observação dos respectivos resultados, confirmam inteiramente o dito popular — QUERER É PODER.

a) ESCOLA PREPARATÓRIA NUNO GONÇALVES

PAUTA DE NOTAS DE EXAME

1.ª CHAMADA

N.º Ordem	Nome do Aluno	Português	Francês	C. Nat.	Matemática	H. Geografia	Méd.
15	Agostinho Jesus Ferreira	11,00	16,1	15,0	19,1	14,2	15
17	Aires Leal Clemente	9,7	17,2	16,5	18,6	16,3	16
18	Alberto Andrade Pinto	9,5	14,7	16,2	19,2	12,3	14
33	Alípio Rodrigues Paulino	14,7	18,5	17,7	20,0	17,0	18
95	António Marques de Matos	13,6	16,0	17,1	19,4	17,2	17
100	António Redondo Mendes	14,3	17,2	15,8	19,7	16,5	17
150	Carlos Augusto Franco da Cruz	12,1	15,7	13,1	18,9	15,5	15
153	Carlos Manuel da Conceição F.	12,1	16,1	16,2	19,4	17,5	16
193	Eduardo Gomes Aleixo	6,5	13,7	12,0	11,6	8,0	11 b
241	Francisco Domingos Ferreira	4,9	14,7	10,3	14,9	8,0	12 b
259	Henrique Azevedo	12,1	18,7	13,3	17,1	15,6	15
309	Joaquim Guedes Teixeira	9,5	14,3	12,6	17,0	14,0	13
242	Manuel Neves Cordeiro	9,5	12,3	9,9	18,9	11,0	12
659	Óscar Augusto Dias Morais	9,5	15,0	12,2	17,9	14,0	14
668	Rogério Jesus Coelho	12,5	17,0	14,6	14,1	12,2	14

a) estabelecimento de ensino

b) Notas obtidas na prova oral. Os restantes pelas médias alcançadas dispensaram da prova oral.

DESCONTOS NA C. P.

Devido a dúvidas surgidas com a informação dada no último número do nosso jornal, por se encontrar incompleta e não totalmente correcta, respeitante aos descontos na C.P., damos mais alguns esclarecimentos à cerca do mesmo assunto e publicamos na íntegra a portaria que concede essas reduções.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

PORTARIA N.º 389/75
de 26 de Junho

Considerando que o regime de concessão de reduções tarifárias no transporte ferroviário de passageiros militares e das forças militarizadas é manifestamente discriminatório em relação aos de economia mais débil;

Considerado ainda a conveniência de alargar esse regime aos militares não pertencentes aos quadros permanentes, quando na efectividade do serviço, e aos deficientes das forças armadas.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Defesa Nacional, da Administração Interna, das Finanças e dos Transportes e Comunicações, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março:

1.º — 1. É concedida uma redução de 75% sobre os preços da tarifa geral, em toda a rede ferroviária nacional às seguintes categorias de passageiros:

a) Militares dos quadros permanentes (activo, reserva e reforma) dos três ramos das forças armadas;

b) Militares não permanentes dos três ramos das forças armadas, quando na efectividade do serviço;

c) Deficientes das Forças Armadas;

d) Pessoal militarizado da Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública, incluindo o que se encontre na situação de reforma;

e) Juizes do Supremo Tribunal Militar, dos Tribunais Militares Territoriais e do Tribunal Militar da Marinha.

2. A redução prevista no número anterior não é aplicável às taxas de excesso de velocidade, marcação de lugares e outras que onerem o custo das passagens.

2.º O desconto a que se refere o artigo anterior têm lugar em todos os comboios, excepto nos internacionais, e aplica-se qualquer que seja a classe para a qual o bilhete seja adquirido.

3.º — 1. Salvo nos casos em que a aquisição dos bilhetes seja feita através de requisição da autoridade competente, a concessão de que trata o artigo 1.º obriga à identificação do beneficiário, por meio de bilhete de identidade emitido pelo ramo das forças armadas ou departamento a que pertence, perante os funcionários dos caminhos de ferro encarregados da venda e fiscalização dos bilhetes.

2. Os elementos de identificação referidos no número anterior, quando a sua validade possa suscitar dúvidas, serão obrigatoriamente acompanhados de uma credencial que os autentique, passada pelo comando a que o militar ou elemento das forças militarizadas se encontre subordinado, autenticada com o respectivo selo branco.

3. Na credencial referida no número anterior figurará obrigatoriamente o prazo da sua validade.

4.º Os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e técnico profissional dependentes das for-

ças armadas, nomeadamente o Colégio Militar, Instituto Técnico Profissional dos Pupilos do Exército e Instituto de Ódivelas, beneficiarão dos descontos tarifários e outros que vigorem para os estudantes em geral.

5.º Os militares e outros elementos abrangidos pelas disposições constantes neste diploma obrigam-se a respeitar quaisquer restrições de utilização de comboios que venham a ser estabelecidas para o público em geral, por exigência da normal exploração dos meios disponíveis.

6.º Que a repartição de encargos financeiros decorrentes da concessão de desconto de 75% sobre os preços da tarifa geral seja feita do seguinte modo:

25% será o montante do desconto a conceder pelas próprias companhias ferroviárias, a título de acção comercial;

50% será o quantitativo da indemnização compensatória a prestar às companhias pelos organismos que superintendem nas forças militares e militarizadas.

26 de Maio de 1975

ESCLARECIMENTO SOBRE A PORTARIA

1.º Quanto à obtenção do bilhete de identidade a que se refere em 1 do n.º 3.º para os militares que já foram presentes à Junta da Caixa Geral de Aposentações procede-se da seguinte forma:

a) Oficiais e sargentos: — seja qual for o grau de desvalorização O B. I. é passado pela Repartição Geral do Ministério do Exército.

b) Praças: — 1.º) as que tiverem 60% ou mais de incapacidade, em campanha, também lhes é passado na mesma repartição geral M.E.;

2.º) as que tiverem menos de 60% de incapacidade os B. I. são passados nos Quartéis Gerais onde estão apresentados.

2.º) Quanto aos militares que já foram às Juntas Militares mas que ainda não foram à Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações e que não possuem B. I. devem pedir uma credencial na Unidade onde estiverem apresentados conforme o disposto em 2 do n.º 3.º.

Fotografia e Cinema

Dentro do espírito revolucionário que preside a nossa Associação vai ser criado um Laboratório-Estúdio de Fotografia e Cinema.

Esta iniciativa enquadra-se na nossa política de Reabilitação e criação de postos de trabalho que responda na prática aos anseios dos camaradas que desejam abandonar de uma vez para sempre o conformismo de uma situação a que o fascismo nos votou e encontrar formas concretas de sermos nós por nossas mãos a construir a sociedade sem exploradores nem explorados.

Para ti camarada que tens conhecimentos técnicos desta profissão há um lugar como trabalhador, escreve-nos.

Para ti camarada que gostarias de aprender esta profissão — inscreve-te também.

TRABALHAR MAIS E MELHOR MAS PARA NÓS!

DECRETO-LEI

(Continuação da pág. 1)

em serviço (muitas vezes) por convivência dos serviços de justiça militar e Juntas militares de inspecção com o governo colonial-fascista de Salazar e Caetano, não recebem um único tostão nem lhes assiste qualquer direito de assistência técnica.

Toda esta situação coloca milhares de filhos do povo português, na maioria soldados, numa situação de autêntico desespero pois não lhes aparece, mesmo havendo um 25 de Abril, a solução para os seus problemas mais prementes.

Desde 29 de Maio de 1974 que os Deficientes das Forças Armadas, através da sua Associação, se vêm debatendo pela solução deste problema. Para tanto colocam-se os Deficientes das Forças Armadas, dispostos a colaborar na execução de legislação que respondesse aos seus anseios. Foi, portanto, com a nossa exaustiva colaboração, durante longas horas em reuniões de trabalho, elaborando um Decreto-Lei para ser aprovado superiormente.

Apesar de esse Decreto-Lei merecer o parecer favorável da maioria das Entidades que lhe eram afectas, quando chegou ao Ministério das Finanças parou.

Não há verbas, diz aquele ministro. Nós ripostamos. E para fabricar os Deficientes numa guerra colonial houve verbas? Quando se tratava de amamentar um exército de opressão que gastava mais de 50% do Orçamento Nacional e que era uma máquina autêntica e terrível de destruição humana havia milhões e milhões de contos. Agora que se trata de construir ou reconstruir esses homens para a dignidade para a vida, furtando-os ao campo de manobras da caridade aviltante e de forças reaccionárias cedentes de situa-

ções críticas de injustiça social para aí lançarem o germen da descrença não só no 25 de Abril como na nossa Associação.

Chegam os desalojados de Angola e de repente arranjam-se 12 milhões de contos... e nós nada explorámos e que ao longo de anos nos debatemos, com problemas terríveis de subsistência e de saúde de não há dinheiro.

Será por sermos apenas 30.000, acham pouco os Srs. do Ministério das Finanças? Desejavam mais? Lembrem-se que esses trinta mil representam 60.000 pais, não sei quantas esposas e filhos. Urge pôr cõbro de imediato a esta situação.

O Povo tem dado todo o seu apoio à nossa Associação. Só assim temos conseguido sobreviver. A solidariedade de todos os explorados é a força que nos guiará à vitória.

É no Povo e só no Povo que nos devemos apoiar.

Na burguesia encontramos todas as promessas, sorrisos e compreensão.

Mas não é com sorrisos, com promessas e com compreensão que resolvemos os nossos problemas. Eles tentam iludir-nos com essas artimanhas.

Atrasam a saída do Decreto até que chegamos a um ponto em que pretendem que entremos em novas negociações que já se arrastam há uns longos 16 meses.

A nossa paciência começa a esgotar-se. Começamos a ver que o governo não cumpre uma única das promessas. Uma fase mais aguda da luta se aproxima e nós travá-la-emos.

Nós, Deficientes das Forças Armadas, saberemos de certo encontrar a resposta adequada a quem se oponha na nossa luta revolucionária pela nossa reintegração e emancipação.

Deficientes Civis

O Povo Português, defraudado que foi durante meio século de opressão e miséria ficou com mazelas no corpo e no espírito em que um regime de privilégio para burgueses não conseguiu, nem estava interessado em encontrar resposta.

Os acidentes de trabalho, os acidentes de viação, as doenças congénitas, vieram criar mais de quinhentos mil homens que actualmente vivem em completo estado de marginalização. A ADF, como Associação progressista que é, alerta e encoraja os camaradas deficientes civis, para a organização de massas com vista, a unidos pelo ideal revolucionário, conquistar uma reabilitação física, psíquica e consequente reintegração social, que afaste para sempre desta sociedade pôdre a esmola e a caridade, sintomas das sociedades com classes.

Os acidentes de trabalho, são, eles também, fruto de um esquema injusto. A Sociedade capitalista tenta, com a ganância do lucro, explorar a mão de obra o mais barato possível.

Seguindo esta política, ele, capitalismo, não gasta dinheiro no trabalho de prevenção contra acidentes.

Nas fábricas, estaleiros, nos navios, nas docas e nas estradas do nosso país os mortos e os extro-

piados surgem todos os dias.

Os hospitais e bancos de urgência não têm capacidade para atender todos os que a eles chegam.

Os doentes acumulam-se nos corredores e enfermarias salobres. Quem os defende?

Os seguros são agências que fazem as mais ignóbeis arbitrariedades!?

As caixas de previdência? Não! Nada disso! Só uma Associação verdadeiramente representativa dos seus interesses, conduzida por eles mesmos o poderá fazer.

Também os Deficientes civis se devem organizar, eleger órgãos directivos da sua confiança e solidarizarem-se connosco numa luta comum e de uma maneira geral com todo o Povo explorado.

Jardim Zoológico

Na sequência de conversações tidas entre a A. D. F. A. e o Director do Jardim Zoológico de Lisboa foi autorizada a entrada gratuita aos sócios mediante a apresentação do respectivo cartão de associado.